

“É o aceitável”: infraestrutura, sexismo e permanência de mulheres no esporte universitário

RESUMO

Este estudo objetiva analisar as estruturas e práticas do esporte universitário e sua influência na participação de mulheres na instituição. Adota-se o materialismo histórico-dialético como método e, como procedimento, aplicou-se questionário on-line a 19 estudantes vinculadas a seis atléticas, organizando-se os dados em categorias. Os resultados apontam restrições de infraestrutura, ausência de políticas específicas e desvalorização da prática - sobretudo para as universitárias -, somadas à sobrecarga do trabalho de cuidado e a práticas sexistas que naturalizam hierarquias de gênero. Conclui-se que apenas discursos de incentivo, dissociados de orçamento, manutenção e protocolos de proteção, tornam-se ações de inclusão vagas. Recomenda-se políticas afirmativas, ampliação da representação de mulheres nas instâncias decisórias e mudanças materiais verificáveis, além de estudos comparativos em outras IES, para que o esporte cumpra função formativa, crítica e emancipadora na vida acadêmica.

PALAVRAS-CHAVE: Esporte universitário; Mulher; Estereótipos de gênero; Materialismo histórico-dialético

Carla Chagas Ramalho

Doutora em Educação – Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ)

Universidade Estadual de Montes Claros, Departamento de Educação Física e do Desporto, Montes Claros, MG, Brasil

carlaramalho.ccr@gmail.com

<https://orcid.org/0000-0002-6263-2498>

Maria Luiza Silva Fernandes

Licenciada em Educação Física – Universidade Estadual de Montes Claros (UNIMONTES)

Universidade Estadual de Montes Claros, Departamento de Educação Física e do Desporto, Montes Claros, MG, Brasil

mlfernandes100@gmail.com

<https://orcid.org/0009-0004-8919-9198>

“What’s acceptable”: infrastructure, sexism, and the retention of women in university sport

ABSTRACT

This study aims to analyze the structures and practices of university sport and their influence on women’s participation within the institution. Grounded in the historical-dialectical materialist method, we administered an online questionnaire to 19 students affiliated with six student athletic associations (“atléticas”), organizing the data into thematic categories. The results indicate infrastructure constraints, the absence of specific policies, and the devaluation of sporting practice—especially for female students—combined with the overload of care work and sexist practices that naturalize gender hierarchies. We conclude that mere encouragement rhetoric, disconnected from budgeting, maintenance, and protection/safeguarding protocols, results in vague inclusion measures. We recommend affirmative policies, greater representation of women in decision-making bodies, and verifiable material changes, as well as comparative studies across other higher education institutions (HEIs), so that sport can fulfill a formative, critical, and emancipatory role in academic life.

KEYWORDS: University sport; Women; Gender stereotypes; Historical-dialectical materialism

“Lo aceptable”: infraestructura, sexismo y permanencia de mujeres en el deporte universitario

RESUMEN

Este estudio tiene por objetivo analizar las estructuras y prácticas del deporte universitario y su influencia en la participación de mujeres en la institución. Se adopta el materialismo histórico-dialéctico como método y, como procedimiento, se aplicó un cuestionario en línea a 19 estudiantes vinculadas a seis asociaciones atléticas estudiantiles (“atléticas”), organizándose los datos en categorías. Los resultados señalan restricciones de infraestructura, ausencia de políticas específicas y desvalorización de la práctica —sobre todo para las universitarias—, sumadas a la sobrecarga del trabajo de cuidado y a prácticas sexistas que naturalizan jerarquías de género. Se concluye que los discursos de incentivo, cuando están desvinculados de presupuesto, mantenimiento y protocolos de protección, se convierten en acciones de inclusión vagas. Se recomiendan políticas afirmativas, ampliación de la representación de mujeres en instancias decisorias y cambios materiales verificables, además de estudios comparativos en otras IES, para que el deporte cumpla una función formativa, crítica y emancipadora en la vida académica.

PALABRAS-CLAVE: Deporte universitario; Mujer; Estereotipos de género; Materialismo histórico-dialéctico

INTRODUÇÃO

O esporte está inserido no conjunto da cultura corporal, compreendida como um produto da socialização humana e, portanto, algo que deve ser ensinado e aprendido. Enquanto manifestação dessa cultura, o esporte permite reconhecer e analisar a sociedade sob a lógica do atual modo de produção capitalista (MPC). Não se trata de afirmar que o esporte, em si, seja capitalista, mas de compreender que o modo de produzir se apoia em todas as relações sociais para se naturalizar – no caso do MPC, por meio de uma lógica exploratória, competitiva e desigual. Como aponta o Coletivo de Autores (1992, p. 70), “por essa razão, pode ser considerado uma forma de controle social, pela adaptação do praticante aos valores e normas dominantes defendidos para a ‘funcionalidade’ e desenvolvimento da sociedade”.

Neste artigo, o foco recai sobre o esporte universitário como um recorte investigativo, buscando compreender como essa produção histórico-cultural tem sido utilizada pelas Instituições de Ensino Superior (IES), especialmente por meio da vivência de seus/suas estudantes. Outro recorte essencial da pesquisa é o olhar direcionado às mulheres que praticam esporte no contexto universitário. Considerando que as mulheres são o grupo sexual historicamente subalternizado a partir das suas diferenças sexuais — como se observa na divisão sexual do trabalho (Marx, 2017) —, torna-se pertinente compreender como essas acadêmicas vivenciam o esporte na universidade e de que forma essas experiências constituem seus cotidianos.

A pesquisa foi realizada em uma universidade pública estadual situada no Norte de Minas Gerais, tendo como população investigada acadêmicas desta instituição. A partir da delimitação dos objetos de estudo, formula-se o problema central: qual é a experiência de acadêmicas no esporte universitário na IES analisada? O objetivo principal é investigar as estruturas e práticas relacionadas ao esporte universitário e sua influência na participação das mulheres nessa instituição.

Dessa maneira, analisar o esporte nas instituições sociais e socializadoras contribui para a compreensão mais ampla da relação entre mulheres, sociedade e o próprio MPC. Essa leitura ampliada, que busca relacionar um recorte específico às determinações mais gerais que o sustentam, é característica do método do materialismo histórico-dialético (MHD), que entende que o todo é mais do que a simples soma das partes, e que as relações entre essas partes devem ser consideradas em sua totalidade (Netto, 2011). Assim, este estudo se fundamenta na tradição marxista, afastando-se de interpretações baseadas em interseccionalidade para se ancorar na análise crítica da totalidade social.

O público-alvo da pesquisa foi composto por alunas regularmente matriculadas na IES que participavam ativamente das atividades esportivas promovidas pelas Associações Atléticas

Acadêmicas (AAAs). Para isso, todas as 12 atléticas da instituição foram inicialmente contatadas com o objetivo de localizar estudantes engajadas nessas práticas. A proposta inicial previa a seleção de três respondentes por atlética, mas, ao final da etapa de coleta, foram consideradas 19 acadêmicas vinculadas a 6 atléticas diferentes, sendo que a maioria das respostas partiu de estudantes da Atlética do curso de Educação Física – o que gerou uma representatividade maior desse grupo no estudo, sem que nenhuma participação fosse desconsiderada.

A metodologia adotada consistiu na aplicação de um questionário *online*, elaborado na plataforma *Google Forms* e disponibilizado por meio de grupos específicos de *WhatsApp* relacionados às AAAs. O questionário, principal instrumento de coleta de dados, contou com perguntas abertas e fechadas. De acordo com Gil (2008), essa técnica é adequada para a obtenção de informações sobre conhecimentos, percepções e comportamentos. O formulário permaneceu aberto para respostas durante três semanas no mês de março de 2025. Após essa etapa, os dados coletados foram analisados e organizados em categorias, conforme os princípios de Minayo (2002), permitindo agrupar ideias e expressões sob conceitos comuns, o que facilitou a interpretação dos resultados.

Ressalta-se que esta pesquisa foi aprovada pelo Comitê de Ética em Pesquisa da IES, sob o parecer nº 5.105.580. Todas as participantes foram devidamente informadas sobre os objetivos do estudo, bem como sobre os critérios éticos adotados para garantir o sigilo, a integridade e o uso responsável das informações fornecidas.

ESPORTE NA SOCIEDADE MODERNA

O esporte na sociedade moderna é regido pelos preceitos e práticas que estruturam o MPC. Convertido em mercadoria, ele reforça valores centrais desse modo de produzir — competição, hierarquização e fragmentação da coletividade de classe em pequenos grupos que passam a concorrer entre si. Em síntese, “trata-se do esporte que nasceu, na sociedade moderna, quando o mundo se organizava pelos parâmetros do modo de produção capitalista (fase industrial)” (Castellani Filho, 2013, p. 49).

Gaya (1994) reforça a discussão ao destacar que o esporte se tornou plural, aparecendo na sociedade moderna como comércio, indústria, atividade cultural e estilo de vida, tornando-se também um importante meio de socialização, comunicação, educação, formação e reconhecido como intermediador na busca de uma vida saudável e um significativo objeto de investigação científica. Portanto, as práticas esportivas, em suas variadas formas de expressão, oferecem uma diversidade de finalidades que são adaptadas conforme os objetivos, sentidos e necessidades de seus

praticantes na sociedade contemporânea, demonstrando assim o quanto complexo o esporte moderno se tornou.

Para entender toda essa pluralidade e complexidade do esporte na sociedade moderna é fundamental que se volte às mudanças históricas que moldaram a evolução desse fenômeno. Ao investigar a história do esporte, é claro que seus significados e práticas foram se moldando conforme as transformações sociais, culturais, econômicas e políticas ao longo do tempo, como aponta Sigoli e Rose Junior (2004, p. 111):

As atividades atléticas sempre estiveram relacionadas a instituições nas sociedades passadas. Na Grécia Antiga elas faziam parte da religião e da educação grega. Na época do Império Romano, os Jogos Públicos foram utilizados para alienar o povo, evitando insurreições populares, na chamada “Política do Pão e Circo”. Na Europa, entre os séculos XVIII e XIX, surgiu o movimento ginástico, que visava melhorar a saúde das pessoas. No entanto, foi utilizado para o treinamento militar, atendendo aos interesses nacionalistas da época. A regulamentação de jogos populares na Inglaterra fez surgir, em meados do século XIX, o Esporte Moderno. Este, impregnado de valores da Revolução Industrial, foi utilizado pela burguesia industrial para disciplinar os operários. Os Jogos Olímpicos da era moderna propagaram o esporte por todo o mundo. Apesar de este ter se tornado uma instituição independente, continuou a ser apropriado por estados nacionais e por outras instituições. Este fato pôde ser observado na Alemanha nazista durante os Jogos Olímpicos de Berlim, em 1936, e também durante toda a Guerra Fria. Com o desenvolvimento da mídia, o esporte foi englobado pelas estruturas econômicas do mundo capitalista e tornou-se uma mercadoria da indústria cultural.

Se torna evidente que, nos últimos tempos, o esporte assume o *status* de fenômeno globalizado contendo uma influência das atividades econômicas relacionadas ao contexto social atual. Também tem um crescente investimento na área esportiva de rendimento/espetáculo, como a formação de clubes-empresas, patrocínios milionários e organização de grandes eventos esportivos. Além de se tornar um espetáculo de massa e um campo de investimento econômico, o esporte, é associado também a valores como saúde, beleza física, desempenho e a busca por um estilo de vida saudável, reforçando a importância do corpo na construção de padrões e condutas sociais (Giovanni, 2005).

Mesmo sendo utilizada na modernidade como forma de controle social, a prática esportiva carrega contradições inerentes à própria sociedade moderna, abrindo espaço para possibilidades distintas e até revolucionárias. Assim, sua atuação não é apática, ainda que, na maior parte dos casos, ocorra de maneira acrítica no cenário atual (Penna, 2011). Um exemplo dessa dinâmica contraditória é a luta das mulheres para garantir sua participação nas atividades esportivas.

Diante disso, o esporte se torna uma ferramenta necessária para interpretar, e compreender os cenários socioeconômicos, políticos e as relações de poder que estão em constante mudanças. Portanto, o estudo do esporte pode auxiliar no entendimento das transformações que ocorrem

atualmente, uma vez que esse fenômeno reflete a sociedade moderna, com suas rupturas e continuidades.

ESPORTE E A PARTICIPAÇÃO DAS MULHERES

Ao estudar a trajetória da mulher e o seu envolvimento com o esporte, fica evidente toda a luta e a busca pela participação igualitária nessa esfera, que se relaciona com a realidade social das mulheres em outros âmbitos. Conforme destaca Firmino e Ventura (2017), as barreiras enfrentadas pelas mulheres ao longo dos séculos mostraram que as práticas esportivas nem sempre foram como a que conhecemos hoje.

Diversos episódios marcaram essa história, e conforme Pereira (2019), desde a Grécia antiga a exclusão das mulheres em relação as atividades atléticas se davam pelo fato de apenas os homens serem considerados cidadãos, chegando ao ponto de as mulheres não terem sequer acesso aos locais de competição, espaços esses que eram vistos como inadequados para elas. Mesmo diante dessas circunstâncias, as mulheres continuaram lutando contra as imposições sociais. Foi em 1900 que ocorreu a inclusão das mulheres no Jogos Olímpicos da Era Moderna, já que em 1896, a primeira edição olímpica, o idealizador Barão de Coubertin vetou a participação delas, alegando que as mulheres eram frágeis e que também iriam vulgarizar o evento. É importante ressaltar que as mulheres no início do século XX eram vistas como propriedades dos homens, e seus corpos eram considerados inadequados para realizar atividades esportivas. Foi somente a partir da resistência e a busca por equidade de direitos que as mulheres, gradativamente, foram ocupando espaços no cenário esportivos, que antes eram vetados a elas, assim como em outras esferas sociais (Pereira, 2019).

Dessa forma, é perceptível que ter mulheres praticando diversas atividades físicas esportivas não é apenas uma questão de conquista de espaços, mas também de toda uma adaptação das estruturas sociais e culturais, que por muito tempo, mantiveram o ambiente esportivo restrito aos homens, apontando para o sexismo presente no esporte e na sociedade de uma forma mais evidente. Pereira (2019) aponta que os corpos das mulheres, historicamente eram sinônimo somente de maternidade e, por isso, considerados frágeis e delicados, o que limitou ainda mais sua inserção no ambiente esportivo.

Lerner (2019) também fortalece esse assunto ao enfatizar como os papéis relacionados ao sistema sexo/gênero foram, ao longo dos tempos moldados pelos costumes, valores e leis, e que, durante essas construções, as mulheres foram restritas a uma posição de submissão na sociedade por conta da sua capacidade reprodutiva. Nessa distribuição de papéis, a capacidade reprodutiva do

sexo feminino a aprisionou na função da maternidade e do trabalho de cuidado, marginalizando as mulheres que iriam contra possibilidades distintas e não se conformavam com essa expectativa imposta pela sociedade. Deste modo, a autora destaca que o patriarcado criou a imagem das mulheres como sendo frágeis, recatadas e do lar, invisibilizando e tentando limitar sua participação na construção social, culturais, econômicas e de poder.

Com o avanço das exigências do MPC e a consequente necessidade de inserção das mulheres no mercado de trabalho — para regular os valores da força de trabalho a partir de suas condições biológicas (Marx, 2017) —, tornou-se cada vez mais urgente permitir e incentivar a presença das mulheres nos espaços públicos. Entre essas permissões, esteve a prática esportiva, cuja trajetória no Brasil pode ser observada por meio da criação e posterior revogação do Decreto-Lei nº 3.199 (Brasil, 1941), especialmente do Artigo 54, que proibia as mulheres de participarem de determinadas modalidades sob a justificativa de serem “incompatíveis com sua natureza”. Essa restrição perdurou até 1983, quando foi finalmente revogada, garantindo às mulheres o direito legal de praticar qualquer modalidade esportiva (Westin, 2023). A década de 1980, nesse contexto, marca um momento significativo, com a intensificação da entrada das mulheres na esfera produtiva do capital (Silva, 2022).

Dessa forma, a presença das mulheres no esporte não pode ser vista como um acontecimento isolado ou espontâneo. Ela está profundamente conectada às transformações sociais, políticas e econômicas do seu tempo — sendo, ao mesmo tempo, resultado e resultante das condições materiais de existência produzidas pelo modo de produção dominante.

ESPORTE UNIVERSITÁRIO NO BRASIL

As primeiras manifestações do esporte universitário no Brasil remontam ao final do século XIX, quando atividades esportivas começaram a ser introduzidas em instituições de ensino superior, como o *College Mackenzie*, em São Paulo, e a Faculdade de Medicina e Cirurgia, no Rio de Janeiro. Inicialmente, essas competições aconteciam apenas entre times do mesmo estado, mas em 1916 ocorreram os primeiros jogos interestaduais, envolvendo equipes de São Paulo e Rio de Janeiro. Foi na década de 1930 que o esporte universitário ganhou maior relevância e se consolidou nacionalmente, com a criação das federações universitárias do Rio de Janeiro (1933) e de São Paulo (1934). Em 9 de agosto de 1939, foi fundada a Confederação Brasileira de Desporto Universitário (CBDU), ampliando a presença do esporte universitário no ambiente acadêmico. Desde então, passou a integrar a formação dos(as) estudantes de forma mais estruturada, promovendo não apenas a prática esportiva, mas também a integração social e cultural (Starepravo; Reis; Mezzadri e Marchi Júnior, 2010).

A institucionalização do esporte universitário ganhou impulso com a revogação do Decreto-Lei nº 3.199/1941 — norma que havia restringido determinadas práticas esportivas às mulheres. Editado para controlar e organizar o esporte nacional em consonância com o projeto político do Estado, esse decreto impactou diretamente o cenário esportivo brasileiro. No âmbito universitário, poucos meses depois, o Decreto-Lei nº 3.617/1941 reconheceu oficialmente a CBDU como entidade gestora do desporto universitário, consolidando seu papel na estrutura esportiva nacional. Contudo, é importante observar que esse processo excluiu grande parte da população, especialmente as mulheres. Em 1940, elas representavam 53,5% da população analfabeta no país (IBGE, 1950), e o acesso à universidade ainda era bastante restrito — sobretudo para aquelas oriundas da classe trabalhadora (Ramalho, 2024). Isso também refletia no esporte universitário, que para as mulheres era, muitas vezes, limitado ou moldado por estereótipos ligados ao sistema sexo/gênero. Um exemplo simbólico desse cenário foi o caso citado por Starepravo, Reis, Mezzadri e Marchi Júnior (2010), em que a Federação Paranaense de Desportos Universitários (FPDU) inscreveu Ioni Lour, atleta de vôlei e Rainha dos Desportos Universitários de 1956, como candidata a Miss Paraná. Esse episódio revela como as práticas esportivas para mulheres estavam subordinadas a ideais estéticos e sociais ligados à feminilidade normativa.

Entre as décadas de 1940 e 1980, o esporte universitário seguiu um modelo amador, mas com forte centralização nacional e vinculação às demandas do regime militar, principalmente durante a ditadura empresarial-militar. “O apoio dos militares ao esporte universitário conservava, no fundo, o ideal de conter a capacidade de mobilização dos estudantes universitários” (Starepravo; Reis; Mezzadri e Marchi Júnior, 2010, p. 139). Com o fim da ditadura e a redemocratização na década de 1980, esse vínculo institucional começou a se enfraquecer. O novo governo, em um contexto de capitalismo tardio e neoliberalismo em expansão no Brasil, passou a se distanciar das ferramentas herdadas do regime anterior. Assim, segundo os autores, houve uma retirada do apoio estatal ao esporte universitário, que passou a ocupar uma posição marginal dentro das práticas esportivas de alto rendimento. Pois, a Portaria nº 236/1987, do Ministério da Educação, havia enquadrado o esporte universitário como manifestação esportiva de performance.

Essa mudança reforçou a aproximação do esporte universitário com a lógica empresarial, influenciada por interesses privados e pelo espírito do tempo neoliberal:

Enquanto nas décadas de 1970 e 1980 as pessoas estavam envolvidas com o esporte universitário por conta do amadorismo, isto é, em função do ‘gosto’ pelo esporte, na década de 1990 as pessoas se envolviam com o esporte universitário por conta do lucro financeiro decorrente do trabalho exercido (Starepravo; Reis; Mezzadri e Marchi Júnior, 2010, p. 140).

Em julho de 2001, o então presidente Fernando Henrique Cardoso sancionou a Lei nº 10.264 (Lei Agnelo/Piva), que destinou 5% da arrecadação das loterias federais ao esporte universitário. Pouco tempo depois, com a chegada do governo Lula e a criação do Ministério dos Esportes, foi estruturado um setor específico voltado ao esporte universitário. A partir de então, o investimento privado passou a ter ainda mais influência na organização e no funcionamento dessas práticas esportivas nas IES (Starepravo; Reis; Mezzadri e Marchi Júnior, 2010), evidenciando como o esporte universitário se tornou mais um elemento do processo de mercantilização da cultura corporal sob a atual fase do MPC.

RESULTADO E DISCUSSÃO

Com base no referencial teórico apresentado, a análise e discussão dos resultados ganham mais consistência, alinhando-se ao método e à abordagem escolhidos para este estudo. Por se tratar de uma pesquisa inserida no campo das Ciências Humanas e Sociais, tais reflexões são fundamentais para a construção crítica do conhecimento.

Dando continuidade à metodologia descrita, apresentamos a seguir uma tabela com dados da anamnese das participantes, que são essenciais para o desenvolvimento da discussão. Para garantir o sigilo das respondentes, elas foram identificadas como “Acadêmica 1” até “Acadêmica 19”. Visando facilitar a leitura e compreensão dos dados, as informações gerais das participantes foram organizadas na tabela abaixo.

Tabela 1: Anamnese das pesquisadas

ACADÊMICAS	AAA	CURSO	IDADE	RENDA FAMILIAR (Em salários mínimos)
Acadêmica 1	Atlética 1	Educação Física	21-23	1 a 3
Acadêmica 2	Atlética 1	Educação Física	21-23	1
Acadêmica 3	Atlética 1	Educação Física	30-32	1
Acadêmica 4	Atlética 1	Educação Física	27-29	4 a 5
Acadêmica 5	Atlética 1	Educação Física	21-23	1
Acadêmica 6	Atlética 2	Enfermagem	21-23	4 a 5
Acadêmica 7	Atlética 2	Enfermagem	18-20	4 a 5
Acadêmica 8	Atlética 1	Educação Física	21-23	1 a 3
Acadêmica 9	Atlética 1	Educação Física	18-20	1 a 3
Acadêmica 10	Atlética 1	Educação Física	18-20	1
Acadêmica 11	Atlética 1	Educação Física	18-20	1 a 3
Acadêmica 12	Atlética 3	Direito	18-20	Acima de 5
Acadêmica 13	Atlética 4	Medicina	21-23	Acima de 5
Acadêmica 14	Atlética 3	Direito	21-23	Acima de 5
Acadêmica 15	Atlética 1	Educação Física	21-23	1 a 3
Acadêmica 16	Atlética 1	Educação Física	21-23	1 a 3
Acadêmica 17	Atlética 5	Engenharia Civil	24-26	1 a 3
Acadêmica 18	Atlética 1	Educação Física	21-23	1
Acadêmica 19	Atlética 6	Odontologia	18-20	4 a 5

Fonte: Elaboração das autoras

A partir da análise das respostas obtidas por meio do questionário, os dados foram organizados em duas grandes categorias que nortearam a discussão: Infraestrutura da IES e Desvalorização e invisibilidade.

A infraestrutura da IES

Dando continuidade à análise com base nos conceitos de materialidade, historicidade e dialeticidade — que orientam este estudo —, esta categoria busca refletir sobre as condições concretas que envolvem a prática do esporte universitário na instituição investigada. Parte-se do entendimento de que discursos não produzem, por si só, a realidade; são as condições materiais que a determinam (Marx, 2017). Por isso, é fundamental verificar se existe coerência entre o discurso de incentivo ao esporte e as reais possibilidades de acesso e permanência das acadêmicas nessa prática. Como destaca Castilho (2020, p. 114):

Nas universidades públicas uma das constantes demandas na área de esporte e lazer envolve a busca por implantação e melhorias dos espaços esportivos. Espaços apropriados são essenciais para que as atividades esportivas aconteçam de maneira adequada e com segurança, e a visibilidade do local pode ser uma forma de atrair mais praticantes.

Nesta pesquisa, os dados trazidos pelas 19 participantes ajudam a compreender como a infraestrutura da IES é percebida por quem vive essa realidade. Entre elas, 10 (52,63%) avaliaram a estrutura esportiva como “regular”, enquanto 9 (47,37%) consideraram “boa”. Nenhuma acadêmica indicou as opções “excelente” ou “ruim”.

Contudo, ao analisar as respostas abertas sobre se a estrutura atende, de fato, às necessidades do esporte universitário, percebe-se que mesmo entre as que marcaram “boa” ou “regular”, emergem falas que evidenciam fragilidades importantes. A seguir, organizamos os relatos conforme a avaliação geral atribuída pelas acadêmicas:

Tabela 2 – Infraestrutura da IES segundo as pesquisadas

Consideração sobre a Infraestrutura	A infraestrutura atende a prática do esporte universitário?
Boa	Sim, de forma adequada (Acadêmica 2)
	No quarteto fantástico [futebol, handebol, vôlei e basquete] a infraestrutura atende. A infraestrutura para o atletismo, por exemplo, é [sic] péssima. Não temos aparelhos para praticar ginástica artística. Então sempre fica nos mesmo [sic] esportes. (Acadêmica 3)
	Sim, mas poderiam melhorar em questão de segurança (Acadêmica 6)
	Acho que poderiam melhorar a infraestrutura das quadras e comprar uns equipamentos novos (Acadêmica 8)
	De alguns sim, mas por exemplo a pista de atletismo não tem condições

	<p>nenhuma [sic] de receber alunos/atletas pra [sic] competições , [sic] necessidade de uma reforma, algumas quadras em período chuvoso , [sic] ficam alagadas. (Acadêmica 9)</p>
	<p>Sim, é uma infraestrutura bem completa e organizada (Acadêmica 12)</p>
	<p>Atende regularmente, é o aceitável, mas poderia melhorar, não é algo que jogo mas sei que a estrutura das cestas de basquete, por exemplo, não são adequadas. As [sic] vezes o esporte é negligenciado. (Acadêmica 14, grifo nosso)</p>
	<p>Sim. Atende, porém poderia melhorar um pouco mais, no sentido de mais manutenções. (Acadêmica 15)</p>
	<p>Sim, sempre conseguimos quadra conforme a demanda (Acadêmica 19)</p>
	<p>Acho que atende alguns, mas falta atender principalmente os que realmente precisam. (Acadêmica 1)</p>
	<p>Não. Atende ao básico e às vezes mal atendido. Sabemos que temos potencial e espaço para crescer, entretanto é necessário que tenhamos voz para brigar por tal. Sabemos que precisamos de uma nova pista de atletismo e campo. Sabemos que a piscina necessita de reformas urgentes. Nossas quadras precisam ser melhoradas para não ficarem inutilizadas em época de chuva. A quadra de tamanho oficial que temos não tem sequer arquibancada... ela poderia ser transformada em um ginásio. Temos estrutura e espaço para construção de quadra de areia. As quadras de tênis também poderiam ser cobertas para atender em todos os momentos e ajudar com a questão do sol escaldante de Montes Claros. O LABEX deveria ser melhor estruturado e ampliado para o maior incentivo e atendimento à comunidade acadêmica. Várias coisas poderiam ser citadas. É necessário investir, também, de forma universal: a atlética central precisa crescer e se fortalecer para maior benefício da Unimontes. (Acadêmica 4)</p>
Regular	<p>Atende, porém precisa de melhorias, como por exemplo nas tabelas de basquete. (Acadêmica 5)</p>
	<p>Sim. É útil (Acadêmica 7)</p>
	<p>Sim, mas poderia ser melhor (Acadêmica 10)</p>
	<p>Não, pois algumas quadra [sic] não possui [sic] segurança (Acadêmica 11)</p>
	<p>Não. O maior exemplo que posso dar é a pista de atletismo, que é péssima. Totalmente irregular e suja, prejudicando o uso de quase metade das raias. No ano passado, acabei caindo em uma competição de atletismo e me machuquei muito pela irregularidade da pista, tenho ctz [sic] que se a pista fosse adequada, o estrago teria sido muito menor. (Acadêmica 13)</p>
	<p>Atende de forma limitada, já que necessita de reforma nas quadras e nos materiais. Além de que o horário de uso também é limitado. (Acadêmica 16)</p>
	<p>Nem tanto. No vôlei mesmo a rede é péssima, as bolas não [sic] são boas (Acadêmica 17)</p>
	<p>Em uma parte sim, mas poderia ser melhor, ter estrutura, materiais e ter manutenção dos espaços [sic] utilizados. (Acadêmica 18)</p>

Fonte: Elaboração das autoras

As falas das acadêmicas 4 e 13 são ilustradas nas Figuras 1 e 2, que mostram as quadras e a pista de atletismo alagadas após períodos chuvosos, revelando a precariedade dos espaços e os riscos envolvidos para quem os utiliza.

Imagen 1: Fotografia da pista de salto em distância e da quadra alagadas após período chuvoso



Fonte: Elaboração das autoras

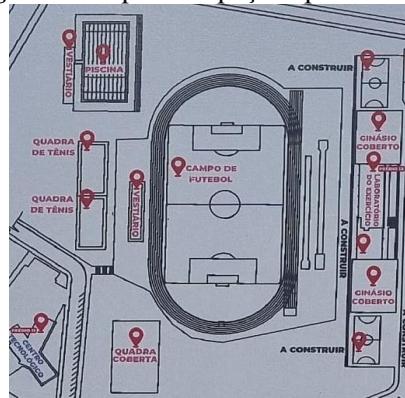
Imagen 2: Fotografia das quadras de tênis alagadas após período chuvoso



Fonte: Elaboração das autoras.

Embora a IES disponha de uma estrutura relativamente ampla — dois ginásios, uma quadra coberta, pista de atletismo, campo de futebol, quadras de tênis, piscina, laboratório de exercício (LABEX) e sala de práticas corporais —, os relatos mostram que a existência desses espaços não garante, por si só, a qualidade ou a acessibilidade das práticas esportivas. Além disso, destaca-se que o acesso ao LABEX, mesmo para atletas vinculadas às atléticas, exige pagamento de mensalidade, o que constitui uma barreira concreta para estudantes em situação de vulnerabilidade econômica.

Imagen 3: Mapa do espaço esportivo da IES



Fonte: Painel informativo localizado no campus da IES.

Para ampliar a análise, é interessante comparar com a realidade de outra IES. Na Universidade Federal da Bahia (UFBA), por exemplo, Oliveira (2025) relata que, mesmo com um complexo esportivo extenso, as condições são precárias:

As condições das quadras poliesportivas não são boas, com instalações improvisadas, seja para montar a rede de voleibol ou para o suporte das traves de futebol. Entre as quadras poliesportivas que compõem a estrutura do complexo, apenas uma tem tabela de basquete em condições de uso – porém, em apenas um dos lados da quadra, impedindo a realização do jogo completo com duas equipes com cinco componentes cada. É possível verificar, no entanto, que havia tabelas de basquete em pelo menos duas quadras, cujas estruturas de suporte estão deterioradas e, inclusive, representam uma ameaça à segurança dos frequentadores do espaço (Oliveira, 2025, p 141).

Esses dados reforçam que não basta promover discursos positivos sobre o valor do esporte universitário. As limitações materiais, a escassez de investimento, a ausência de manutenção e os custos adicionais ainda se apresentam como entraves significativos ao acesso pleno, à permanência e ao desenvolvimento esportivo das estudantes. Assim, é necessário pensar para além da existência da infraestrutura: é preciso refletir sobre sua funcionalidade, seu uso e sua capacidade de inclusão, considerando as diferentes realidades socioeconômicas que compõem o corpo discente da universidade. Nesta pesquisa, por exemplo, a renda familiar das acadêmicas variou consideravelmente: 26,3% vivem com até um salário-mínimo; 36,8% com renda de 1 a 3 salários; 21,0% entre 4 e 5; e apenas 15,8% têm renda superior a 5 salários-mínimos.

Outra questão a destacar diz respeito à forma como, mesmo com limitações, o espaço é naturalizado como “aceitável” pela Acadêmica 14, apesar dos diversos pontos negativos apontados por quase todas as participantes — inclusive por ela própria. Esse movimento sugere uma conformidade latente com uma realidade hoje apresentada como irrevogável. Em sentido oposto, Marx e Engels (2005) indicam que a história, ancorada na materialidade, é dinâmica e

transformável pela ação coletiva. Como afirmou a Acadêmica 4: “[...] Sabemos que temos potencial e espaço para crescer, entretanto é necessário que tenhamos voz para brigar por tal”, ressaltando que, ainda ao enfatizar a “voz”, a mudança remete à força coletiva para transformar a realidade concreta.

Desvalorização e invisibilidade

Nesta categoria, analisamos a percepção das participantes da pesquisa sobre formas de incentivo à participação de mulheres nas atividades esportivas universitárias. Os dados dos questionários revelam que apenas uma acadêmica (5,26%) — a Acadêmica 7 — afirmou conhecer alguma ação de incentivo ao esporte voltada especificamente para mulheres em sua instituição. Em contrapartida, 18 estudantes (94,74%) disseram não ter conhecimento nem participado de nenhuma iniciativa com esse foco. Vale destacar que a única participante que mencionou conhecer alguma ação não soube especificar que tipo de incentivo seria esse, o que reforça a ausência de políticas ou práticas efetivas voltadas às mulheres no contexto esportivo da universidade.

A IES investigada conta com o Programa Estadual de Assistência Estudantil (PAES), voltado a estudantes em situação de vulnerabilidade socioeconômica, independentemente do sexo. Entre os auxílios oferecidos pelo programa estão: moradia, alimentação, transporte, creche e apoio pedagógico. Apesar dos auxílios, não há política específica para atletas — e menos ainda para mulheres —, o que ajuda a explicar a baixa percepção de iniciativas pelas participantes.

Se já não há incentivo direcionado aos atletas de forma geral, tampouco há ações específicas para estudantes mulheres que atuam como atletas. Ao cruzar essa ausência com o contexto histórico já discutido sobre as barreiras enfrentadas pelas mulheres no campo esportivo, torna-se possível compreender melhor os apontamentos das participantes da pesquisa: “[...] toda a competição, é voltado para os times masculinos, a [sic] prioridades, as expectativas tanto de torcedores tanto [sic] de organizadores. **Sempre um homem a [sic] frente**, nunca uma mulher organizadora.” (Acadêmica 9, grifo nosso)

Em jogos masculinos, a plateia é [sic] cheia, a torcida maior são [sic] mulheres os apoiando; quando se trata de jogo feminino, dificilmente tem [sic] uma torcida e, quando tem [sic], é de um grupo de meninas incentivando a [sic] outra, porém nem sempre é possível pelo choque de jogo [sic], então, quando acontece isso, raramente há torcida ou incentivo por parte dos meninos para ajudar. E, em outros momentos, já ouvi de meninos que acontece isso, pois os **jogos masculinos são mais “bonitos” de ver**. (Acadêmica 2, grifo nosso).

Os relatos indicam que a desvalorização não é apenas institucional, mas também relacional, sobretudo nas interações com colegas homens. Essa realidade dialoga com a análise de Goellner (2007, p. 48), ao afirmar que:

Para as mulheres, em grande medida, é incentivado viver o espetáculo esportivo desde que não deixe de lado, por exemplo, a graciosidade, a delicadeza e a beleza, atributos colados uma suposta “essência feminina”. Argumentos como estes operam como mecanismos de exclusão e inclusão em diferentes modalidades esportivas, posicionam as mulheres, demarcam seus espaços de sociabilidade, pois insistem em afirmar que determinadas atividades não são apropriadas aos seus corpos vistos, grosso modo, como de natureza mais frágil que os corpos dos homens.

Refletir sobre essas falas implica buscar sua essência dentro de uma estrutura social ainda marcada por misoginia e sexismo. O MPC, aliado à lógica patriarcal, estimula a hierarquização de sujeitos com base em desigualdades forjadas e naturalizadas. O desmerecimento das práticas esportivas pelas mulheres, portanto, reforça a exigência social de feminilidade e manutenção da hegemonia masculina nos espaços de destaque. Como aponta Goellner (2007), a tal “essência feminina” é mobilizada como justificativa para restringir a participação e a valorização plena das mulheres nas práticas esportivas.

Mesmo sem recorrer diretamente a esse conceito, muitas das participantes sugerem que uma forma eficaz de incentivo seria a criação de espaços exclusivos para a prática esportiva delas. As sugestões incluem: “Os projetos de extensão poderia criar um projeto de iniciação esportiva para mulheres” (Acadêmica 3); “[...] usar a atlética central e fortalecer as ações, eventos e treinos para as mulheres seria o ponto de partida” (Acadêmica 4); “[...] uma oficina de algum esporte apenas para mulheres ou um campeonato apenas feminino” (Acadêmica 5); “Programas esportivos apenas para mulheres, campeonatos femininos e debates promovidos para estimular essa participação do público feminino” (Acadêmica 6); “Eventos com prática exclusiva feminina” (Acadêmica 7); “Fazer um dia de jogos somente feminino [sic]” (Acadêmica 8); “Campeonatos e festivais de esportes apenas feminino” (Acadêmica 12); “Oficinas especiais, a cada final de semana uma modalidade diferente, exclusiva para mulheres” (Acadêmica 15); “Algum tipo de torneio esportivo voltado apenas para mulheres [...]” (Acadêmica 18).

O que foi apontado pelas pesquisadas relaciona-se, em diferentes graus, à luta histórica das mulheres por participação efetiva nos Jogos Olímpicos — luta pelo reconhecimento de suas práticas esportivas e pelo direito de competir entre si. Firmino e Ventur (2017) assinalam que apenas na década de 1980 as mulheres se consolidaram de forma definitiva no cenário olímpico, em grande medida após a entrada de Pirjo Häggman e Flor Isava-Fonseca em funções internas do Comitê Olímpico Internacional (COI). Em outras palavras, as demandas apresentadas pelas acadêmicas

evidenciam a continuidade de um processo histórico de participação esportiva feminina, o qual se articula a determinações sociais e históricas de inferiorização das mulheres por meio de práticas machistas que hierarquizam pessoas no interior do MPC.

As propostas das acadêmicas revelam o desejo por espaços seguros, inclusivos e legitimados, onde as mulheres possam praticar esportes sem competir com — ou serem invisibilizadas por — atividades masculinas. Retomamos, porém, que tal anseio precisa materializar-se na realidade concreta, e não apenas no plano discursivo. À luz de Marx (2017), as condições materiais constituem a base da existência do ser social. Reconhecendo que a prática esportiva das mulheres foi historicamente marginalizada (Pereira, 2019), impõe-se a criação de ações afirmativas e específicas que assegurem uma vivência esportiva igualitária, capaz de respeitar as diferenças sem reproduzir desigualdades.

Contudo, compreender que o esporte moderno contribui para a manutenção das relações sociais que sustentam o MPC permite entender a desvalorização e os desincentivos dirigidos às mulheres no âmbito da competição. Faz-se uma ressalva importante: este estudo não pretende defender que as mulheres se “igualem” aos homens no interior da exploração capitalista, nem desconsidera tais determinações. Ao contrário, ao conceber o esporte como prática da cultura corporal (Coletivo de Autores, 1992), enfatiza-se que, quando as mulheres são cerceadas ou desvalorizadas nessa prática, tenta-se desconsiderá-las no plano material, histórico e dialético da sociedade.

Essa exclusão aparece diretamente em algumas respostas das participantes: “Não me deixarem [sic] jogar por ser mulher, subestimarem [sic] o meu nível esportivo por ser mulher, falaram que eu devia ir fazer coisas de mulher, já falararam que não gostavam de mulheres que jogavam bola.” (Acadêmica 14).

Eu jogava futsal escondido da minha família, principalmente da minha mãe, alguns amigos. pq [sic] na minha cidade falavam que jogar futsal é pra menino, e que **mulher q [sic] joga, tá [sic] errada ou tem algum problema**. Anos fazendo isso, minha mãe me pedia várias e várias vezes pra eu parar de jogar, e que inclusive isso poderia ‘afetar’ na [sic] minha orientação sexual (Acadêmica 9, grifo nosso).

Fica evidente que as barreiras enfrentadas pelas acadêmicas no esporte universitário não são voltadas apenas para a falta de apoio e incentivo, mas também estão enraizadas nas questões sociais, culturais e políticas, que reforçam e naturalizam práticas discriminatórias. Um outro exemplo que mostra claramente essa realidade foi o que ocorreu dia 15 de março de 2025, durante os jogos universitários da faculdade Santa Marcelina, em São Paulo, onde alunos do curso de medicina exibiram uma bandeira que fazia apologia ao estupro (Tenente, 2025), exemplifica como

práticas misóginas e sexistas atravessam o ambiente acadêmico-esportivo, reforçando a necessidade de políticas específicas. Essa realidade também é relatada pelas participantes dessa pesquisa, em que a Acadêmica 13 diz já ter sofrido assédio no contexto esportivo universitário, e 14 (73,68%) das 19 acadêmicas responderam em seu questionário terem percebido atitudes sexistas, misóginas ou machistas durante as competições.

Quando solicitadas para narrar algumas dessas expressões, algumas das respostas foram: “Muitos inferiorizam as habilidades esportivas das mulheres só pelo fato de que são mulheres” (Acadêmica 12); “As críticas são mais acentuadas” (Acadêmica 14); “Principalmente falas e críticas que não são construtivas vindas de homens da arquibancada em torneios” (Acadêmica 18); “Essa menina joga igual um menino.” (Acadêmica 3); “Por vezes em gritos na torcida também” (Acadêmica 4); “Tipo quando as meninas estão jogando futsal e alguns julgam dizendo que é esporte pra meninos” (Acadêmica 8).

Esses relatos evidenciam como as cobranças e as opressões são direcionadas pelo sistema sexo/gênero para naturalizar o cuidado como função específica — e supostamente “natural” — das mulheres, vinculando-as às atividades cíclicas e cotidianas responsáveis pela reprodução da vida, enquanto aos homens são estimuladas funções de descoberta e exploração (Izquierdo, 1992). No MPC, essa divisão sexual do trabalho é mobilizada para favorecer a exploração por meio da opressão, tendo o marcador material (sexo biológico) como base das cobranças e das opressões sociais (gênero).

Essa ideologia patriarcal também se observa no âmbito universitário e afeta diretamente a participação das mulheres no esporte. Constatou-se que 13 acadêmicas (68,42%) apontaram dificuldades para participar de atividades esportivas universitárias por falta de tempo devido às responsabilidades domésticas, o que reduz seu envolvimento com o esporte e dificulta ainda mais as possibilidades de incentivo.

Diante dessa problemática, é necessário formular e implantar projetos e programas universitários voltados especificamente às mulheres, favorecendo sua inserção e permanência no esporte. As próprias participantes desta pesquisa manifestaram interesse na implementação de ações pela IES. Como sugeriu a Acadêmica 1: “Criar atividade [sic] em um horário que seria bom para a participação de todas as mulheres, explicar mais e incluir aquelas que não têm afinidade com determinado esporte.” A Acadêmica 9, por sua vez, enfatiza a necessidade de intervenções que busquem compreender os interesses e motivações das estudantes pelo esporte. Por fim, a Acadêmica 4 propõe:

De forma geral, usar a atlética central e fortalecer as ações, eventos e treinos para as mulheres seria o ponto de partida. Contar com professores que possam prestar serviços nesse momento também seria fundamental. É importante que tenhamos um espaço acolhedor e seguro para essas mulheres.

Assim, políticas afirmativas (torneios femininos, horários adequados, projetos de iniciação), articuladas a mudanças materiais, podem ampliar o acesso, a participação e a permanência das mulheres no esporte universitário. Embora as acadêmicas não tenham problematizado explicitamente a imposição do trabalho de cuidado ou a subalternização no âmbito macrossocial, suas propostas apontam soluções que favorecem a participação das mulheres em treinos e práticas esportivas, ainda que não impliquem, de imediato, o afastamento de obrigações socialmente atribuídas. Esse caminho coaduna-se com um processo de conscientização capaz de fomentar debates mais amplos, a partir da compreensão do contexto estrutural que os conforma. Assim, ampliar a participação, o acesso e a permanência de mulheres nos esportes universitários, em condições respeitosas, podem contribuir para o entendimento da necessidade de uma sociedade mais justa e igualitária.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O estudo mostra que o esporte universitário, enquanto prática da cultura corporal, reproduz contradições do MPC: ao mesmo tempo que socializa e forma, tende a naturalizar hierarquias de gênero quando carece de crítica e de condições materiais. Na IES investigada, a ausência de políticas específicas para mulheres, a precariedade ou o uso restrito dos espaços (com barreiras econômicas) e a desvalorização da prática esportiva compõem um cenário que limita acesso, participação e permanência. Some-se a isso a sobrecarga do trabalho de cuidado, que recai desigualmente sobre as estudantes, e a persistência de práticas misóginas que desqualificam suas experiências.

Os dados indicam que discursos de incentivo, sem infraestrutura, orçamento e medidas concretas, convertem-se em ações vazias, sem alteração da realidade material. Partindo do MHD, enfrentar o problema supõe intervir na totalidade: nas condições objetivas (instalações, manutenção, equipamentos, horários, segurança, creche, bolsas, isenção de taxas, mediação de conflitos) e nas mediações pedagógicas (formação docente e de gestores/as, enfrentamento ao sexismo, protocolos de prevenção e resposta a assédio, canais de denúncia com garantia de proteção). É igualmente estratégico ampliar a representação de mulheres nas atléticas e em comissões organizadoras, bem como instituir calendário de eventos e competições exclusivos para o sexo feminino, projetos de iniciação e monitoramento público de metas (indicadores de acesso, participação e permanência).

Porém não somente na IES e sim com o entendimento que tais ações são parte de um processo amplo para a conscientização.

Em síntese, transformar o esporte universitário em espaço efetivamente formativo e emancipador requer deslocá-lo da lógica exclusivamente competitiva/mercantil e ancorá-lo em políticas afirmativas e mudanças materiais constatáveis. Recomenda-se ampliar a pesquisa para outras IES, com amostras mais diversas e acompanhamento longitudinal, seja para avaliar políticas implementadas, seja para orientar a criação de novas. Assim, o esporte universitário pode expressar o potencial educativo e crítico da cultura corporal contribuindo para a ruptura da exploração e das opressões sociais.

REFERÊNCIAS

BRASIL. Decreto-Lei 3.199, de 14 de abril de 1941. Estabelece as normas dos desportos em todo o país. Diário Oficial da União, p. 7453, 14 abr. 1941. Disponível em: https://legislacao.presidencia.gov.br/atos/?tipo=DEL&numero=3199&ano=1941&ato=7f80T_U65kMjRkTfe5 Acesso em: 30 out. 2024

CASTELLANI FILHO, Lino. **Educação Física, esporte e lazer:** Reflexões nada aleatórias. Campinas: Autores Associados, 2013.

FIRMINO, Carolina Bortoleto; **VENTURA**, Mauro de Souza. A evolução histórica da participação feminina nos Jogos Olímpicos da Era Moderna e a inclusão das mulheres no esporte de competição. **Tríade: Comunicação, Cultura e Mídia**, Sorocaba, SP, v. 5, n. 10, 2017. Disponível em: <https://periodicos.uniso.br/triade/article/view/3088> . Acesso em: 14 set. 2025.

GAYA, Adroaldo Cesar Araujo. **As ciências do desporto nos países de língua portuguesa:** uma abordagem epistemológica. Porto: Universidade do Porto, 1994. Disponível em: <https://lume.ufrgs.br/bitstream/handle/10183/23678/000205412.pdf?sequence=1> Acesso em: 24 set. 2024

GIL, Antônio Carlos. **Métodos e técnicas de pesquisa social.** 6. ed, São Paulo, Atlas, 2008.

GIOVANNI, Geraldo di. Mercantilização das práticas corporais: o esporte na sociedade de consumo de massa. **Revista Gestão Industrial**, [S.L.], v. 1, n. 1, p. 167-176, jun. 2005. Universidade Tecnológica Federal do Paraná (UTFPR). Disponível em: <https://revistas.utfpr.edu.br/revistagi/article/view/184>. Acesso em: 23 set. 2024.

GOELLNER, Silvana Vilodre. História das mulheres no esporte: o gênero como categoria analítica. **Revista Brasileira de Ciência Do Esporte**, v. 17, n. 34, p. 45-52, 2007. Disponível em: <http://www.public.cbce.org.br/uploads/cd/resumos/226.pdf> Acesso em: 14 set. 2025.

LERNER, Gerda. **A criação do patriarcado:** história da opressão das mulheres pelos homens. São Paulo: Cultrix, 2019.

MARX, Karl; **ENGELS**, Friedrich. **Manifesto comunista.** Petrópolis: Vozes, 2005.

MARX, Karl. **O capital: crítica da economia política: livro I: o processo de produção do capital.** São Paulo: Boitempo, 2017.

MINAYO, Maria Cecília de Souza. **Pesquisa Social: teoria, método e criatividade.** 21. ed. Petrópolis: Vozes, 2002.

OLIVEIRA, Murilo Guerra de. **Universidade e esporte: histórico, espaço-equipamentos e desafios na UFBA.** 2025. 172 f. Dissertação (Mestrado) - Programa de Pós-Graduação em Educação (Ppge), Faculdade de Educação, Universidade Federal da Bahia, Salvador, 2025. Disponível em: <https://repositorio.ufba.br/handle/ri/41676>. Acesso em: 23 abr. 2025

PENNA, Adriana Machado. **Esporte contemporâneo: o novo templo do capital monopolista.** 2011. 412f. Tese (Doutorado em Serviço Social) – UERJ, Rio de Janeiro.

PEREIRA, Adriana Bernardes. A mulher e o esporte: do desafio da desigualdade ao desacerto com as questões de gênero. In: RUBIO, Katia; CAMILO, Juliana A. de Oliveira. **Psicologia social do esporte.** São Paulo: Laços, 2019. p. 37-65.

RAMALHO, Carla Chagas. **Trabalhadoras docentes na universidade pública: um estudo de caso a partir do materialismo histórico-dialético.** 2024. 281 f. Tese (Doutorado em Educação) – Faculdade de Educação, Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2024. Disponível em: <https://pergamum.unimontes.br/acervo/78442>. Acesso em: 23 jun. 2025.

SIGOLI, Mário André; ROSE JUNIOR, Dante de. A história do uso político do esporte. **Revista Brasileira de Ciência e Movimento**, Brasília, v. 12, n. 2, p. 111-119, jun. 2004. Disponível em: <https://portalrevistas.ucb.br/index.php/rbcm/article/view/566/590> Acesso em: 06 out. 2024.

SILVA, Ariane Alves da. **Feminismo e marxismo: reflexões sobre a relação patriarcado e capitalismo no Brasil nos anos 1980 e 1990.** 2022. 123 f. Dissertação (Mestrado em Ciências Sociais) – Universidade Federal de Campina Grande, Centro de Humanidades, Campina Grande, 2022. Disponível em: <http://dspace.sti.ufcg.edu.br:8080/xmlui/bitstream/handle/riufcg/28268/ARIANE%20ALVES%20DA%20SILVA%20-%20DISSERTA%C3%87%C3%83O%20PPGCS%202022.pdf?sequence=1&isAllowed=y>. Acesso em: 3 jul. 2025.

STAREPRAVO, Fernando Augusto; REIS, Leoncio José de Almeida; MEZZADRI, Fernando Marinho; MARCHI JÚNIOR, Wanderley. Esporte universitário brasileiro: uma leitura a partir de suas relações com o estado. **Revista Brasileira de Ciências do Esporte (Impresso)**, [S.L.], v. 31, n. 3, p. 131-148, maio 2010. FapUNIFESP (SciELO). Disponível em: <http://revista.cbce.org.br/index.php/RBCE/article/view/376/531> Acesso em: 30 out. 2024

TENENTE, Luiza. Injúria, ofensas e apologia ao crime: como jogos universitários ficaram marcados por cultura de ódio. **G1**, 29 abr. 2025. Disponível em: <https://g1.globo.com/educacao/noticia/2025/04/29/como-jogos-universitarios-ficaram-marcados-por-cultura-de-odio.ghtml> Acesso em: 20 mai. 2025

WESTIN, Ricardo. **Futebol feminino já foi proibido no Brasil, e CPI pediu legalização.** Agência Senado, edição 103, Esporte, 2023. Disponível em: <https://www12.senado.leg.br/noticias/especiais/arquivo-s/futebol-feminino-ja-foi-proibido-no-brasil-e-cpi-pediu-legalizacao#:~:text=Em%201983%2C%20o%20CND%20considerou,pela%20legaliza%C3%A7%C3%A3o%20do%20futebol%20feminino>. Acesso em: 12 abr. 2024.

NOTAS DE AUTOR

AGRADECIMENTOS

Agradecemos aos/às nossos(as) amigos(as) e familiares pelo apoio contínuo e pela compreensão das ausências que a vida acadêmica impõe.

CONTRIBUIÇÃO DE AUTORIA - Não se aplica.

FINANCIAMENTO - Não se aplica.

CONSENTIMENTO DE USO DE IMAGEM - Não se aplica.

APROVAÇÃO DE COMITÊ DE ÉTICA EM PESQUISA

Pesquisa autorizada pelo Comitê de Ética através do parecer 5.105.580 em 15 de novembro de 2021, como comprova documento anexado.

CONFLITO DE INTERESSES - Não se aplica.

LICENÇA DE USO

Os autores cedem à **Motrivivência - ISSN 2175-8042** os direitos exclusivos de primeira publicação, com o trabalho simultaneamente licenciado sob a [Licença Creative Commons Attribution Non-Comercial ShareAlike](#) (CC BY-NC SA) 4.0 International. Esta licença permite que terceiros remixem, adaptem e criem a partir do trabalho publicado, desde que para fins **não comerciais**, atribuindo o devido crédito de autoria e publicação inicial neste periódico desde que adotem a mesma licença, **compartilhar igual**. Os **autores** têm autorização para assumir contratos adicionais separadamente, para distribuição não exclusiva da versão do trabalho publicada neste periódico (ex.: publicar em repositório institucional, em site pessoal, publicar uma tradução, ou como capítulo de livro), com reconhecimento de autoria e publicação inicial neste periódico, desde que para fins **não comerciais e compartilhar com a mesma licença**.

PUBLISHER

Universidade Federal de Santa Catarina. Programa de Pós-Graduação em Educação Física. LaboMídia - Laboratório e Observatório da Mídia Esportiva. Publicado no [Portal de Periódicos UFSC](#). As ideias expressadas neste artigo são de responsabilidade de seus autores, não representando, necessariamente, a opinião dos editores ou da universidade.

EDITORES

Mauricio Roberto da Silva, Giovani De Lorenzi Pires, Rogério Santos Pereira.

EDITOR DE SEÇÃO

Giovani De Lorenzi Pires

REVISÃO DO MANUSCRITO E METADADOS

Giovani De Lorenzi Pires

HISTÓRICO

Recebido em: 15/09/2025

Aprovado em: 16/11/2025